

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

Aos 8 dias do mês de setembro de 2022, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 2 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte – 14h00

Audição da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC), a requerimento do Grupo Parlamentar do BE, relativamente ao Estatuto profissional da animação sociocultural.

II Parte – 15h15

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 14, de 20 de julho de 2022;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 60/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho);**
Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD)
4. **Discussão e votação do relatório, a remeter à Comissão de Assuntos Europeus, sobre a [COM\(2022\)655](#) — Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a um procedimento de pedido único de concessão de uma autorização única para os nacionais de países terceiros residirem e trabalharem no território de um Estado-Membro e a um conjunto comum de direitos para os trabalhadores de países terceiros que residem legalmente num Estado-Membro (reformulação);**
Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD)
5. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a nomeação de Maria Adelaide Franco para o cargo de Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional;**
 - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a aplicação da medida de gratuidade das creches.**
6. **Outros assuntos.**

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

I Parte – 14h00

Audição da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC), a requerimento do Grupo Parlamentar do BE, relativamente ao Estatuto profissional da animação sociocultural.

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, saudou os representantes da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC), Dra. Isabel Filipe e Dr. Bruno Batista (respetivamente Presidente da Direção e Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação), os Grupos Parlamentares e demais presentes na sala, dando a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), para apresentação do [requerimento](#) que motivou a realização daquela audição.

Em resposta, tomou a palavra a Senhora Presidente da Direção da APDASC, seguindo-se a ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, em que usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Cristina Mendes da Silva (PS), Joana Barata Lopes (PSD), Jorge Galveias (CH), Alma Rivera (PCP) e José Moura Soeiro (BE). A Senhora Presidente da Direção e o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da APDASC responderam, a final, ao conjunto das questões colocadas.

Antes de dar por concluída a audição, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos convidados e todos os esclarecimentos prestados.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

II Parte – 15h15

Entrou-se então na II Parte da reunião, nos seguintes termos:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 14, de 20 de julho de 2022;**

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) do PCP.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O GP do PS questionou se os Projetos de Lei n.ºs 245/XV/1.ª (CH) - «Eliminação do fator de sustentabilidade aplicado aos agentes da Polícia de Segurança Pública aposentados, não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro» e 256/XV/1.ª (CH) - «Altera o Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de Outubro, garantindo o cumprimento dos critérios de pré-aposentação e aposentação dos profissionais da Polícia de Segurança Pública de acordo com o seu Estatuto Profissional» não seriam primordialmente da competência da 1.ª Comissão, visto contenderem com os profissionais das forças de segurança, em especial da Polícia de Segurança Pública, ao que o GP do PSD contra-alegou que as matérias abordadas tinham mais peso na CTSSI que na 1.ª Comissão, sendo-lhe até atribuída competência em conexão para esta última. Desta forma, foram designados como relatores, respetivamente, a Senhora Deputada Ofélia Ramos (PSD) e o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD).

O GP do PS indagou igualmente sobre a distribuição do Projeto de Lei n.º 246/XV/1.ª (CH) - «Reformula o critério inerente avaliação à incapacidade das pessoas com deficiência», considerando que, apesar de o título da iniciativa se referir à temática da deficiência, a verdade é que apenas eram alteradas disposições referentes às juntas médicas, donde a competência caberia, salvo melhor opinião, à Comissão de Saúde. Novamente o GP do PSD discordou, invocando as áreas da deficiência e da inclusão como atribuições da 10.ª Comissão, pelo que o GP do PS declarou que posteriormente identificaria o respetivo relator, nomeando para o efeito a Senhora Deputada Marta Freitas (PS).

Quanto às demais iniciativas em apreço, foram designados os seguintes relatores: a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) para a Proposta de Lei n.º 26/XV/1.ª (ALRAA) - «Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de Segurança Social»; o Senhor Deputado Gilberto Anjos (PS) para o Projeto de Lei n.º 248/XV/1.ª (PAN) - «Valoriza os bombeiros e os seus direitos, reconhecendo aos

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuindo aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, e do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho»; e a Senhora Deputada Ana Isabel Santos (PS) para o Projeto de Lei n.º 253/XV/1.ª (CH) - «Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido».

A Senhora Presidente deu conta que haviam baixado à Comissão os seguintes projetos de resolução, remetendo os proponentes para momento posterior a indicação de discussão em Comissão ou em Plenário: Projetos de Resolução n.ºs 164/XV/1.ª (PS) - «Recomenda ao Governo uma maior fiscalização dos contratos a termo» e 200/XV/1.ª (CH) - «Pela garantia de creche gratuita em todo o território nacional». Pelo contrário, foi solicitado o agendamento pelo GP do BE da discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 186/XV/1.ª (BE) - «Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos» e 187/XV/1.ª (BE) - «Reconhecimento e regulamentação da profissão de informação turística». Foi ainda comunicada a baixa do Projeto de Resolução n.º 206/XV/1.ª (PSD), em conexão com a 5.ª Comissão, cujo debate em Plenário se encontrava já agendado para quinta-feira, 15 de setembro.

- 3. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 60/XV/1.ª (PCP) — Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho);
Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD);**

Foi concedida a palavra à Senhora Deputada autora do parecer, que de forma sucinta dissertou sobre o objeto, o âmbito e a motivação da iniciativa, a apreciação dos requisitos constitucionais e regimentais, o enquadramento legal, doutrinário e antecedentes, as iniciativas legislativas pendentes sobre a mesma matéria, as consultas efetuadas e os contributos recebidos. Reservando a sua posição política para Plenário, concluiu pelo cumprimento de todos os pressupostos formais e pelo envio do parecer ao senhor Presidente da Assembleia da República.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

Depois de a Senhora Deputada Ana Bernardo (PS) ter mencionado que, entretanto, tinha dado entrada a Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV) - «Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno», que versava igualmente sobre estes temas, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP.

4. **Discussão e votação do relatório, a remeter à Comissão de Assuntos Europeus, sobre a [COM\(2022\)655](#) — Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a um procedimento de pedido único de concessão de uma autorização única para os nacionais de países terceiros residirem e trabalharem no território de um Estado-Membro e a um conjunto comum de direitos para os trabalhadores de países terceiros que residem legalmente num Estado-Membro (reformulação);**
Relatora: Deputada Emília Cerqueira (PSD);

De novo no uso da palavra, a Senhora Deputada relatora procedeu desta feita à apresentação do relatório em epígrafe, fazendo referência ao correspondente objeto, âmbito e motivação da iniciativa e à não violação do princípio da subsidiariedade, e concluindo pelo envio do documento à Comissão dos Assuntos Europeus.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, igualmente na ausência do GP do PCP, e com o agradecimento da Senhora Presidente pelo trabalho efetuado.

5. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a nomeação de Maria Adelaide Franco para o cargo de Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional;**
 - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a aplicação da medida de gratuidade das creches.**

Depois de a Senhora Presidente ter dado nota que o GP da IL havia retirado o primeiro dos requerimentos elencados, através de pedido enviado já depois do início desta reunião, e, entretanto, distribuído por todos, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Rocha (IL), que, quanto ao segundo requerimento, assinalou a pertinência da vinda da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) para explicar a abrangência da gratuidade das creches. Isto posto, e pedindo desculpas por não o ter feito em momento anterior, a Senhora Deputada Ana Bernardo (PS) manifestou a

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

intenção de requerer o adiamento deste ponto para a reunião seguinte da Comissão, não se registando mais intervenções.

6. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente sinalizou que as audições da Senhora MTSSS que teriam lugar na quarta-feira seguinte, 14 de setembro, adotariam as seguintes grelhas de tempos: 100 minutos para os requerimentos sobre o apoio ao cabaz alimentar, 90 minutos dedicados aos cortes no subsídio de educação especial e outros, e nunca menos de 120 minutos para a primeira ronda da audição regimental, a que se somariam as perguntas a efetuar na segunda ronda, mediante inscrição, e a respetiva resposta dos membros do Governo, o que se cifraria num tempo global nunca inferior a 5 (cinco) horas, e que poderia mesmo ultrapassar as 6 (seis) horas. A este respeito, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) apelou a que, de futuro, se pudesse diluir a concretização destes requerimentos, para maior produtividade e uma fiscalização mais eficaz da atividade governativa.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) perguntou ainda pelas audições que se encontravam pendentes, sendo elucidado que, para além das que tinham acabado de ser mencionadas, ainda aguardavam agendamento as audições da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) e da Autoridade para as Condições do Trabalho, sobre os respetivos relatórios de atividades; as restantes entidades demandadas no requerimento que fundara a I Parte desta reunião, dedicada à regulamentação da animação sociocultural, a saber: a Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e o Senhor Secretário de Estado do Trabalho; uma audição pública sobre prestações sociais para crianças e jovens; e uma audiência solicitada pelo Conselho Económico e Social (CES) sobre a natalidade em Portugal.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de setembro de 2022.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 15/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura (PS)
Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Irene Costa (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Carla Madureira (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Alma Rivera (PCP)
Palmira Maciel (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Hugo Maravilha (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Rita Borges Madeira (PS)